

Reunião solicitada por:	Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço – Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV (Membro Suplente) Hamilton Ramos Correa – Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP (Membro Titular) Thainná Magalhães de Alencar – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente) Adriana Franco Borges Gouveia – Representante da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular) Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público de Estado do Pará – MPE (Membro Suplente) Maria José Santa Maria Moraes – Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Pará – SINDELP (Membro Titular) José Haelton Souza da Costa – Representante dos Servidores Ativos Militares (Membro Titular) Jander Mires dos Santos – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular) Reinaldo de Oliveira Martins – Representante dos Servidores Ativos Cíveis (Membro Titular) Fábio Sousa Freitas – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular)		
Convidados:	Silvina Kelly Gomes da Silva – Coordenadora do Núcleo Gestor de Investimentos Henrique Pereira Mascarenhas – Analista de Investimentos André Rhyo Kamizono – Analista de Investimentos		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a Reunião Ordinária por meio de Videoconferência do Conselho Estadual de Previdência procedida pela representante suplente do IGEPREV, Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço.			
Pauta:	Política Anual de Investimentos 2021	Relator:	André Kamizono
A Representante Suplente do IGEPREV Ana Rita Dopazo iniciou a sessão agradecendo a disponibilidade de todos os Conselheiros para realização da Reunião Ordinária através de videoconferência. Posteriormente foi apresentada a pauta e esta passou a palavra para a equipe do Núcleo Gestor de Investimentos – NUGIN para a apresentação da Política Anual de Investimentos de 2021, para deliberação e aprovação do Colegiado. O Analista de Investimentos André Kamizono deu início à apresentação informando que a Política de Investimentos é uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, sendo utilizada como instrumento para garantir a consistência da gestão de recursos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Salientou que sua finalidade é a de orientar os investimentos que deverão ser efetuados durante o ano de 2021, tendo como referência os limites estabelecidos na legislação vigente e posteriores alterações, observando principalmente as provenientes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Secretaria da Previdência Social, sendo um instrumento de planejamento para que o IGEPREV busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, obrigações, transparência de seus investimentos e equilíbrio financeiro e atuarial, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento, com uma Meta Atuarial de IPCA + 3%. Ressaltou que a vigência da Política Anual de Investimento entra em vigor no dia 01/01/2021 e encerra-se no dia 31/12/2021. O Analista informou que a Política Anual de Investimento é uma das ações relacionadas à dimensão Governança Corporativa do RPPS, devendo atender as exigências do Manual do Pró-Gestão, que é um programa de certificação que visa o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. Pontuou que o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV/PA teve seu Termo de Adesão ao Pró-Gestão RPPS efetivado em 26 de abril de 2019, e tem por objetivo atingir em 2021 o Nível II de certificação do programa. Salientou que uma das vantagens da certificação do Pró-Gestão é que a cada Nível de Aderência certificado, o RPPS tem a possibilidade de aumentar os percentuais de aplicação em determinados categorias de fundos de investimentos e apresentou uma tabela com tais percentuais. Explicou que a exposição do RPPS aos fundos de Renda variável, cujo limite determinado pela Resolução 3.922/2010 é de 30%, poderá aumentar em até 5% a cada nível certificado, o que permite mais versatilidade das estratégias de investimentos. Além disso, ponderou a certificação é um requisito para ser considerado um Investidor Qualificado, permitindo ao RPPS o acesso a produtos estruturados e estratégias diferenciadas. O Analista ressaltou que o IGEPREV adota o modelo de Gestão Própria, de acordo com o artigo 15º, parágrafo 1º, inciso I da resolução CMN 3.922/2010, que é quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social. Informou ainda que o IGEPREV adotará a Gestão de Risco, realizando o controle de riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, de descasamento e de imagem entre o retorno dos ativos e da meta atuarial. No que tange a alocação dos recursos, o Analista explicou que a gestão dos recursos entre os produtos de investimentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do IGEPREV, através do alcance da taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do IPCA + 3% ao ano, ponderando que as faixas de alocação definidas na Política Anual de Investimento poderão ser alteradas conforme comportamento do mercado, desde que devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Previdência. Salientou que as definições dos limites foram estabelecidas pela Diretoria Executiva com apoio do setor técnico e Comitê de Investimentos, levando em consideração a forte queda da taxa SELIX e a evolução e crescimento da bolsa de valores no Brasil. Informou também que os cenários de investimento foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. Apresentou um quadro com a projeção de resultados dos indicadores para o ano de 2020 e 2021, sendo que o conjunto deles produz o cenário base para a elaboração do objetivo e as estratégias de investimentos ao longo do ano. Pontuou que a economia brasileira em 2021 deve obter um crescimento expressivo, dado a base comparativa de 2020 e a forte depressão causada pelos efeitos da pandemia e na dificuldade do governo tramitar os projetos e pautas que destroem as demandas dos setores produtivos. Quanto ao Credenciamento de Instituições Financeiras, a Coordenadora do Núcleo Gestor de Investimentos, Kelly Silva, informou que este ocorre anualmente através de edital específico a ser aprovado pela Diretoria Executiva e divulgado no site do IGEPREV-PA e no Diário Oficial do Estado do Pará, seguindo as exigências estabelecidas em lei pela Resolução CMN nº 3.922/2010 (e atualizações), a Portaria nº 519/2011 do Ministério da Economia, Secretaria de Previdência (e atualizações). Salientou que as instituições interessadas em participar do credenciamento junto ao IGEPREV-PA devem atender aos critérios preliminares estabelecidos nesta Política de Investimento para o ano vigente. Informou que, de acordo com a Política de Investimentos do Ano de 2020, os Gestores eram selecionados dentre os 65 primeiros colocados no Ranking ANBIMA de Gestores de Fundo de Investimento, considerando a classificação por Patrimônio Líquido Total no mês definido em edital, propondo que para 2021 passe a ser considerado estar entre os 100 primeiros colocados, o que dará um universo de Gestores maior para análise do Núcleo Gestor de Investimentos. O Colegiado concordou com a proposta de alteração. A Coordenadora finalizou informando que a Política Anual de Investimento de 2021 apresenta um perfil moderado do IGEPREV em seus investimentos e considera como melhor opção a diversificação da carteira e a distribuição dos investimentos, levando em consideração a relação risco e retorno de forma assimétrica à sua estrutura do passivo. Salientou que sua aplicação é consistente com a preservação e a ampliação dos recursos previdenciários, por meio de um processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e diretrizes. Os Conselheiros questionaram se os servidores do Núcleo Gestor de Investimentos buscaram outros RPPS's como parâmetros para elaborar a Política e se possuem a Certificação CPA-10 para tratar dos assuntos de investimentos. A Coordenadora informou que foram realizadas pesquisas em outros RPPS's para subsidiar a elaboração da Política de Investimentos, ponderando que os métodos utilizados pelos demais não estão disponíveis para acesso público. No que tange o nível de Certificação da equipe do Núcleo Gestor de Investimentos, a Coordenadora informou que toda a equipe possui Certificação CPA-10, com alguns membros possuindo inclusive Certificação CEA, de Especialista em Investimento. Nestes termos, o Colegiado deu por aprovada a Política Anual de Investimento de 2021.			
Deliberação:	O Conselho Estadual de Previdência deliberou, por unanimidade, pela aprovação da Política Anual de Investimentos de 2021.		
Pauta:	Relatórios Mensais da Carteira de Investimentos de Setembro e Outubro de 2020	Relator:	Henrique Mascarenhas
A Representante Suplente do IGEPREV, Ana Rita Dopazo, informou que a segunda pauta para apreciação do Colegiado é a apresentação dos Relatórios Mensais da Carteira de Investimentos de Setembro e Outubro de 2020, passando a palavra para a Coordenadora do NUGIN, Kelly Silva. A Coordenadora informou que os Relatórios serão apresentados pelo Analista de Investimentos Henrique Mascarenhas, questionando ao Colegiado se não preferem aguardar o Relatório Anual de Investimentos de 2020, o qual apresentará um balanço completo de todas as movimentações financeiras e de mercado que ocorreram no exercício de 2020, ressaltando que o referido Relatório pode ser apresentado em janeiro de 2021. Os Conselheiros concordaram com a proposta, por entenderem que a apresentação do Relatório em janeiro de 2021 será mais completa e esclarecedora.			
Deliberação:	O Conselho Estadual de Previdência deliberou pela apresentação do Relatório Anual de Investimentos de 2020 na Reunião Ordinária do Colegiado agendada para 29 de janeiro de 2020.		
Pauta:	Alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Previdência	Relator:	Ivan Silveira
A Representante Suplente do IGEPREV, Ana Rita Dopazo, informou que a terceira pauta para apreciação do Colegiado foi solicitada pelo Conselheiro Ivan Silveira, Representante Titular do Ministério Público do Estado do Pará, passando a palavra ao mesmo para que apresente ao Colegiado. O Conselheiro Ivan Silveira assumiu a palavra, ponderando com o Colegiado que existe a necessidade de reestruturação do Regimento Interno do Conselho, uma vez que é necessária a definição de uma ordem do dia de acordo com as atribuições impostas ao Conselho, bem como quanto à convocação de novos membros a ocuparem as cadeiras do Colegiado de acordo com alterações constantes na Legislação. Sugeriu que seja constituída uma Comissão de Trabalho do Conselho, a fim de elaborar nova minuta do Regimento Interno do Conselho Estadual de Previdência, colocando-se à disposição para participar e contribuir com seu trabalho. A Representante do IGEPREV, Ana Rita Dopazo, se colocou à disposição para participar, a fim de dar o suporte jurídico necessário à Comissão. A Conselheira Thainná Magalhães também se colocou à disposição para participar, representando a SEPLAD. O Conselheiro José Haelton manifestou interesse em compor a Comissão como representante dos Militares, A Conselheira Maria José se disponibilizou a participar representando os servidores inativos e o Conselheiro Reinaldo Martins representando os servidores ativos.			
Deliberação:	O Conselho Estadual de Previdência deliberou pela constituição de Comissão de Trabalho para apresentar proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho, a ser composta pelos Conselheiros: Ivan Silveira da Costa, Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço, Thainná Magalhães de Alencar, Reinaldo de Oliveira Martins, Maria José Santa Maria Moraes e José Haelton Souza da Costa, devendo se reunir na data de 07 de janeiro de 2020, às 9h30min, na Sala de Reuniões do Conselho do IGEPREV, para dar início aos trabalhos.		